

serviço, a licenciada Ana Paula Pereira Cosme Franco Barata Salgueiro no cargo de Inspector de Finanças Director do quadro de pessoal dirigente da Inspecção-Geral de Finanças.

20 de Junho de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Síntese curricular

Identificação

Nome — Ana Paula Pereira Cosme Franco Barata Salgueiro.
Data de nascimento — 23 de Junho de 1960
Estado Civil — casada

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa (1983)

Outras habilitações

Curso de Alta Direcção em Administração Pública (2007-2008)
Diplôme Supérieur d'Études Françaises do Institut Français de Lis-bonne (1981)

Actividade profissional

Inspectora de Finanças Directora, desde 2001, na Inspecção-Geral de Finanças
Inspectora de Finanças Chefe (1995-2001), na Inspecção-Geral de Finanças
Inspectora de Finanças (a partir de 1989)
Advogada (até 1987)
Assistente do Ensino Superior, nas disciplinas de Direito da Família e Direito das Sucessões (1986-1987)
Membro de diversos grupos de trabalho em representação do Ministério das Finanças e da IGF.
Comunicações e formação activa
Oradora em vários Seminários com incidência em temas da Administração Pública e do subsector local autárquico.
Formadora em auditoria.

Despacho n.º 18678/2008

Considerando que o procedimento concursal para 1 vaga de inspector de finanças director — direcção intermédia de 1.º grau — aberto pelo aviso n.º 10054/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 01/04, para a área de Auditoria de Fundos Comunitários Agrícolas, foi homologado em 18-06-2008, de harmonia com o disposto nos n.º 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Maria Cristina Aguiar da Cunha Matos Laranjeira no cargo de Inspector de Finanças Director do quadro de pessoal dirigente da Inspecção-Geral de Finanças.

20 de Junho de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Síntese curricular

Maria Cristina Aguiar da Cunha Matos Laranjeira
Nascida em Coimbra, Portugal, em 13 de Agosto de 1953
Casada.
Licenciada em Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Economia de Lisboa, em 1977, com a classificação final de 15 valores.
Actividade profissional:

Maio de 1978 a Janeiro de 1980: assistente na faculdade de Economia de Coimbra.

Fevereiro de 1980 a Setembro de 1985: inspectora de finanças no Serviço de Auditoria da Inspecção-Geral de Finanças.

Outubro de 1985 a Fevereiro de 1987: Assessora no Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

Março de 1987 a Abril de 1988: Consultora no GAFEEP (Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas).

Maio de 1988 a Fevereiro de 1990: Assessora no Gabinete do Ministro das Finanças.

Desde Março de 1990: na Inspecção-geral de Finanças, no sector dos controlos comunitários.

Principais responsabilidades nos anos mais recentes:

Participação e presidência da Comissão Interministerial de Coordenação e Controlo da Aplicação do Sistema de Financiamento do FEOGA-Garantia.

Coordenação da programação, execução e relato dos controlos a posteriori dos grandes beneficiários do FEOGA-Garantia.

Acreditação dos organismos pagadores do FEOGA-Garantia.

Certificação anual das contas do FEOGA-Garantia, FEAGA e FEADER.

Acompanhamento de missões comunitárias no domínio do apuramento de contas e na luta antifraude.

Participação em diversos grupos de trabalho comunitários nos domínios financeiro agrícola e luta antifraude.

Elaboração de relatórios nacionais nos domínios da luta antifraude.
Participação em programas de twinning em Praga, Budapeste e Bucareste.

Despacho n.º 18679/2008

Considerando que o procedimento concursal para uma vaga de inspector de finanças director — direcção intermédia do 1.º grau — aberto pelo aviso n.º 10 055/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril de 2008, para a área de auditoria de fundos estruturais comunitários, foi homologado em 18 de Junho de 2008, de harmonia com o disposto nos n.º 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado Carlos Fernando Calhau Trigacheiro no cargo de inspector de finanças director do quadro de pessoal dirigente da Inspecção-Geral de Finanças.

20 de Junho de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Síntese curricular

Carlos Fernando Calhau Trigacheiro, casado, portador do bilhete de identidade n.º 4722422, emitido em 28 de Abril de 2008, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, contribuinte fiscal n.º 145783430, nasceu em 30 de Março de 1955, na freguesia e concelho de Alvito, distrito de Beja, e reside na Rua de Fernando Araújo Ferreira, 14, 2300-000 Tomar.

É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa desde 1980 e é o revisor oficial de contas n.º 898, inscrito na respectiva Ordem desde 1995.

De 1975 a 1981 exerceu funções de professor do ensino secundário.

Em 1981 ingressou na Inspecção-Geral de Finanças (IGF), tendo atingido a categoria de inspector de finanças superior principal em 1995 (limite máximo da carreira do grupo de pessoal técnico superior).

Desde 1989 vem desempenhando funções dirigentes: de Dezembro de 1989 a Outubro de 2001 como inspector de finanças chefe e a partir de Outubro de 2001 como inspector de finanças director.

Na primeira fase da sua carreira na IGF predominou a execução de auditorias diversas a entidades do sector empresarial privado, tendo nos últimos anos exercido funções específicas na área do sistema nacional de controlo interno e coordenação dos controlos comunitários.

Esta última vertente tem envolvido, em particular, a direcção operacional da articulação de toda a actividade de controlo dos fundos e instrumentos financeiros estruturais e do Fundo de Coesão, quer com a Comissão Europeia, quer com as autoridades nacionais competentes.

Foi responsável pelo Centro de Apoio Regional de Coimbra, tem participado em diversos grupos de trabalho e júris de concursos, bem como em acções de formação nas qualidades de formador e de formando.

O exercício de funções na IGF apenas foi interrompido entre Março de 1981 e Agosto de 1982, para cumprimento do serviço militar obrigatório, tendo acumulado com a docência do ensino secundário entre Outubro de 1981 e Julho de 1982.

Em paralelo com a actividade na IGF foi economista em regime liberal de 1988 a 1995, tendo exercido a partir de então as funções de revisor oficial de contas.

Desde 1992 é ainda docente, a tempo parcial, do ensino superior politécnico, onde tem a categoria de equiparado a professor coordenador, leccionando disciplinas da área de Contabilidade e Auditoria.

Despacho n.º 18680/2008

Considerando que o procedimento concursal para 1 vaga de inspector de finanças director — direcção intermédia de 1.º grau — aberto pelo aviso n.º 10056/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 01/04, para a área de Auditoria Orçamental e Avaliação de Serviços Públicos, foi homologado em 18-06-2008, de harmonia com o disposto nos n.º 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado José Henrique Rodrigues Polaco no cargo de Inspector de Finanças Director do quadro de pessoal dirigente da Inspecção-Geral de Finanças.

20 de Junho de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Síntese curricular**I) Dados Pessoais**

Nome: José Henrique Rodrigues Polaco.
Data do Nascimento: 30 de Agosto de 1965.
Local de Nascimento: Lousã.

II) Habilitações literárias

Licenciatura em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1983/1988).

III) Experiência Profissional

Desde 01/04/2007, nomeado, em regime de substituição, Inspector de Finanças Director (Director operacional responsável pelo Controlo Orçamental do Centro de Competência do Controlo Financeiro Público); de 14/01/2002 a 31/03/2007, nomeado Inspector de Finanças Chefe, precedendo concurso; desde 07/09/1992, inspector de finanças da IGF (actualmente detentor da categoria de Inspector de Finanças Superior); de 23/10/1990 até Agosto de 1992, desempenho de funções como Perito de Fiscalização Tributária de 2.ª Classe na Direcção-Geral dos Impostos (DGCI); frequência, com aproveitamento, de curso de estágio para o exercício da Advocacia, do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados (18 meses, com início em 01/04/1989 — inscrição actualmente suspensa).

IV) Participação em grupos de trabalho e comissões

Membro do grupo de trabalho para preparação da fusão dos serviços sociais de vários ministérios e criação dos Serviços Sociais da Administração Pública (Despacho conjunto n.º 454/2006, de 16/05, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Presidência); membro da Comissão para a Reavaliação dos Institutos Públicos (CRIP), prevista no n.º 3 do artigo 50.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro (Despachos n.ºs 7.746/2004, de 30/03/2004 e 11.577/2005, de 22/04/2005 dos Ministros das Finanças); representante da IGF em grupo de trabalho conjunto com a Direcção-Geral do Tribunal de Contas, para preparar os procedimentos a observar na elaboração dos relatórios dos órgãos de controlo interno com vista à efectivação de responsabilidades financeiras.

V) Louvores

Ministro de Estado e das Finanças em 25/07/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, de 12/09/2006) pelo trabalho desenvolvido no âmbito da CRIP e do Chefe da 1.ª Repartição do Estado-Maior do Exército, onde prestou o serviço militar obrigatório de Outubro de 1989 a Outubro de 1990.

Despacho n.º 18681/2008

Considerando que o procedimento concursal para 1 vaga de inspector de finanças director — direcção intermédia de 1.º grau — aberto pelo aviso n.º 7716/2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 51, de 12/03, para a área de Auditoria Orçamental e de Sistemas de Informação, foi homologado em 18-06-2008, de harmonia com o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Ana Margarida Rodrigues Barata Fernandes no cargo de Inspector de Finanças Director do quadro de pessoal dirigente da Inspeção-Geral de Finanças.

20 de Junho de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Síntese Curricular

Informação pessoal:

Nome: Ana Margarida Rodrigues Barata Fernandes
Natural de Coimbra, nascida a 3 de Janeiro de 1957.

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1980).

Pós-licenciatura em Estudos Europeus (vertente económica) pela Universidade Católica Portuguesa (1988).

Auditora Certificada de Sistemas de Informação (CISA), pelo ISA-CA — International System Information Audit and Control Association (desde 2005).

Revisora Oficial de Contas, inscrita na respectiva lista com o n.º 707, pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 1990), exercendo

funções de vogal ROC em órgãos de fiscalização de diversas entidades públicas e privadas.

Experiência profissional:

Área de competência: Auditoria e Revisão de Contas

Desde 1983 auditora da Inspeção-Geral de Finanças, tendo exercido o cargo de Inspectora de Finanças Chefe, de 2000 a 2006, e de Inspectora de Finanças Directora, desde Abril de 2007. Neste âmbito:

- Coordena actualmente o Programa anual de auditorias orçamentais no âmbito do artigo 62.º da LEO, sendo ainda responsável pelo projecto Apoio Técnico especializado ao Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno, com todas as funções que a lei confere à IGF no âmbito do controlo estratégico da Administração Financeira do Estado. Neste âmbito coordenou ainda duas acções, no âmbito do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno que envolveram todas as entidades do SCL, de que resultaram um plano de acção para um novo sistema de informação financeira para as administrações públicas e uma proposta de alteração do modelo de orçamentação do Estado;

- Responsável pelo desenvolvimento e manutenção de diversas Bases de Dados com informação relevante para o exercício de controlo e supervisão cometidos à IGF, pela elaboração e manutenção do “Manual de Políticas e Procedimentos de Auditoria da IGF” bem como pelos conteúdos e manutenção do *site* da IGF;

- Coordenou acções de auditoria informática, no âmbito de diversos sectores da Administração Financeira do Estado e da Segurança Social;

- Exerceu funções de apoio técnico na área da amostragem estatística no âmbito dos trabalhos de Certificação de Contas dos Organismos Pagadores do FEOGA-Garantia, do QCA III e actual QREN;

- Realização de exames, inspecções e auditorias a organismos públicos, abordando a auditoria às demonstrações financeiras de diversos institutos públicos e análise económico-financeira, controlo orçamental e apreciação de gestão (nos sectores da Educação, Transportes, Indústria e Agricultura) e de projectos co-financiados pela CE;

Área de competência: Formação e Docência Universitária

Autora de diversas apresentações e formadora em áreas de auditoria e controlo financeiro (amostragem de auditoria, análise de risco, documentação, software ACL e IDEIA) a inspectores da IGF, a auditores do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado e da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, a funcionários da Direcção-Geral dos Impostos e da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo. Docente universitária na cadeira de Técnicas de amostragem de auditoria nos cursos realizados entre 1999 a 2005, pelo OVERGEST/ISCTE.

Instituto de Informática**Despacho n.º 18682/2008**

1 — Por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2007, em jornal de expansão nacional e na bolsa de emprego público em 11 de Setembro de 2007, publicitou o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública o procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe da Divisão de Produtos e Suporte Técnico aos Clientes, dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Constituído o júri nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei supra mencionada, este após uma avaliação qualitativa dos curricula apresentados e das informações recolhidas na Entrevista Profissional de Selecção (EPS), decidiu propor o candidato Rui Jorge Nunes Godinho para ser provido no cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe da Divisão de Produtos e Suporte Técnico aos Clientes, por ser aquele que apresenta o melhor curriculum e o que demonstrou possuir melhores competências e capacidades de liderança, motivação e inovação para o desempenho do lugar a concurso.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei invocada, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, o especialista de informática do grau 3, nível 2 do quadro de pessoal do Instituto de Informática, licenciado Rui Jorge Nunes Godinho para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe da Divisão de Produtos e Suporte Técnico aos Clientes, da Direcção de Serviços de Operações e Serviços, do Instituto de Informática.

27 de Junho de 2008. — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.